

QUESTÃO AGRÁRIA, MST E EDUCAÇÃO E A LUTA POR EMANCIPAÇÃO HUMANA E SOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

CUESTIÓN AGRARIA, MST Y EDUCACIÓN Y LA LUCHA POR LA EMANCIPACIÓN HUMANA Y SOCIAL: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA

AGRARIAN QUESTION, MST AND EDUCATION AND THE STRUGGLE FOR HUMAN AND SOCIAL EMANCIPATION: A SYSTEMATIC REVIEW

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i3.70139>

Marcilia Nogueira¹

Juscilene Silva de Oliveira²

Frederico Jorge Ferreira Costa³

Resumo: A presente revisão sistemática tem como finalidade analisar teses e dissertações da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações que contemplem em seu objeto de estudo as categorias Questão Agrária, MST e Educação. Referenciada no materialismo histórico dialético busca responder como são relacionadas as categorias Questão Agrária; MST e Educação na produção científica, quais as contradições e as perspectivas apontadas nessa produção sobre a luta por emancipação humana e social e quais as lacunas evidenciadas na produção do conhecimento que relaciona essas categorias entre si? Conclui que, a superação da questão agrária exige esforço coletivo, o qual tem nos movimentos sociais e na educação a base do necessário processo revolucionário.

Palavras-chave: Questão Agrária. MST. Educação.

Resumen: Esta revisión sistemática busca analizar tesis y disertaciones de la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones que abordan las categorías de Cuestión Agraria, MST y Educación. Con base en el materialismo histórico dialéctico, busca responder cómo se relacionan estas categorías en la producción científica. ¿Cuáles son las contradicciones y perspectivas identificadas en esta literatura respecto a la lucha por la emancipación humana y social? ¿Qué brechas se evidencian en la producción de conocimiento que relaciona estas categorías? Concluye que la superación de la cuestión agraria requiere un esfuerzo colectivo, que encuentra en los movimientos sociales y la educación la base del necesario proceso revolucionario.

Palabras clave: Cuestión Agraria. MST. Educación.

Abstract: This systematic review aims to analyze theses and dissertations from the Digital Library of Theses and Dissertations that address the categories of Agrarian Question, MST, and Education. Based on dialectical historical materialism, it seeks to answer how the categories of Agrarian Question, MST, and Education are related in scientific production. What are the contradictions and perspectives identified in this literature regarding the struggle for human and social emancipation? What gaps are evident in the production of knowledge that relates these categories? It concludes that overcoming the agrarian question requires collective effort, which finds in social movements and education the foundation of the necessary revolutionary process.

Keywords: Agrarian Question. MST. Education.

Introdução

A questão agrária no Brasil tem sua gênese na própria origem da formação da sociedade brasileira e, por isso, carrega em seu desenvolvimento histórico a complexidade da estrutura social do nosso país. Para compreender a questão agrária se faz necessário entender as camadas e os estratos que constituem essa complexidade estrutural da formação econômica e política e, nesse sentido, depreender as diferentes variáveis que condicionam o conjunto da realidade concreta.

Constituindo-se objeto de debate que alcança diferentes perspectiva e posicionamentos teórico-filosóficos que fundamentam o conjunto de estudos acerca da formação histórica e social do nosso país, a atualidade da questão agrária é inquestionável, tendo em vista os problemas que assolam a nação brasileira permanecem intocáveis em sua raiz que é a base econômica sobre a qual se assenta a estrutura jurídica e política definidoras e determinantes de toda a ordem social do país.

Segundo Arruda (2002 *apud* Stédile, 2013, p.93), na literatura clássica,

[...] entende-se por “questão agrária” os obstáculos econômicos, sociais, políticos e culturais que uma dada estrutura agrária opõe ao desenvolvimento das relações necessárias para a constituição de uma sociedade nacional capaz de autodeterminar seu desenvolvimento.

Em seu texto, o autor analisa que, enquanto as relações econômicas, sociais e políticas inerentes à dinâmica do capitalismo agrícola brasileiro não forem removidas ou não for mudada completamente a estrutura da propriedade da terra, o desenvolvimento brasileiro permanecerá travado pela questão agrária.

Ter terra para fincar-se, um espaço territorial onde apoiar-se é uma necessidade vital para o ser social que produz sua existência a partir de objetivações desenvolvidas sobre uma base material. Porém, o processo de distribuição de terras no Brasil acontece sob total desconsideração intencional desse fato. As desigualdades que se acarretam advindas dessa realidade são de várias ordens e podem ser representadas de forma categórica pela cisão das classes sociais, de um lado a dominante, proprietária de latifúndios exorbitantes, detentora dos meios de produção, no controle do capital; de outro, a dominada, que vende sua força de trabalho, constituída pelos trabalhadores camponeses que se mantém sobrevivendo de atividades no campo ou na cidade, sustentando-se do trabalho fabril e/ou servindo à população em atividades informais.

A luta pela terra surge a partir das contradições concebidas pela relação entre trabalho e capital e abrange os diferentes aspectos que constitui a existência plena do ser social. Assim sendo, nessa luta encerram-se também a luta por trabalho, por moradia, por soberania alimentar, por saúde, por educação e tantas outras lutas necessárias para se alcançar os direitos humanos e sociais. É nesse sentido que as categorias – Questão Agrária, MST e Educação ganham importância de serem analisadas para se compreender como são relacionadas no debate acadêmico.

Lutar por terra na perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é imprimir à existência humana um sentido que vai além da sobrevivência, que vai além da materialidade de um teto

para se resguardar da chuva e de um prato de comida para matar a fome. Ter um chão para plantar sementes está para um trabalhador camponês assim como uma conta milionária para um empresário, considerando os diferentes significados de riqueza para cada um desses sujeitos.

Fruto da questão agrária que, como dito, é estrutural e histórica no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem no bojo de seu surgimento a luta contra a expropriação e a exploração do desenvolvimento do capitalismo. Para Roseli Caldart (1999), o MST toma para si os seguintes objetivos: lutar pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

A luta por terra organizada pelos trabalhadores Sem Terra representa a defesa de um modo de ser e de existir que vai na contramão dos princípios e ideais que sustentam a sociedade capitalista e baseia-se na extinção de classes sociais e no respeito a todas as formas de vida, reconhecendo a importância da socialização do conhecimento e da consciência de classe para a emancipação do ser humano e a transformação da sociedade.

Com o entendimento de que a consciência de classe se configura na forma como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais, o MST institui sua identidade de classe no momento em que pauta a questão da autonomia dos protagonistas das lutas sociais, seus sujeitos, suas organizações frente ao Estado e outras instituições comprometidas com a manutenção do poder. Consolidando-se uma instituição que, para além de melhorias das condições de vida busca a emancipação social e humana, o MST alcançou o entendimento de que a formação educacional e política é fundamental.

A concepção de educação e de escola construída pelo MST toma como ponto de partida o fundamento ontológico da atividade humana – o trabalho e, inerente a este, a educação e compreende a formação omnilateral como base para instrumentalizar o indivíduo, possibilitando-o as condições de intervir técnica e politicamente nos processos produtivos e sociais, promovendo o desenvolvimento integral das capacidades humanas.

Diante do exposto, cabe o seguinte questionamento: como as categorias Questão Agrária, MST e Educação são relacionadas na produção científica? Quais as contradições e as perspectivas apontadas nessa produção sobre a luta por emancipação humana e social? Em busca de resposta para essa problemática, desenvolvemos uma revisão sistemática de literatura no intuito de analisar teses e dissertações publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD que abordam a temática da questão agrária, abordando no desenvolvimento de sua discussão, as categorias MST e Educação.

Pesquisar sobre Educação pelo viés da Questão Agrária, compreendendo o papel fundamental de um movimento social da magnitude do MST exige adequado rigor teórico-metodológico. Nesse propósito, essa pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico dialético, método que concebe o pensamento dialético como metodologia científica eficaz que permite

aproximar-se por movimentos sucessivos de uma compreensão da realidade em sua totalidade (Mandel, 2023, p.39).

Em suas exposições sobre o marxismo, na mesma obra citada Mandel assevera que esse é o método da abordagem do real, das transformações sociais, tendo em vista que como fim e meio, simultaneamente, há a apropriação crítica do real em um movimento dialético contínuo entre recuperação, incorporação e inovação (*idem*, 2023).

Partindo da compreensão desse autor de que o sujeito tende a transformar o real ao apreendê-lo, mas ele mesmo é transformado pela atividade de investigação, de apreensão e de transformação do real, pressupõe-se que os resultados alcançados com esse estudo, em razão de evidenciar a produção acadêmica existente, os aspectos relevantes da temática pesquisada, as abordagens metodológicas aplicadas e as possíveis lacunas no conhecimento, podem contribuir com subsídios e evidências que ajudem na tomada de decisão de pesquisadores em atuais e futuras pesquisas.

Delineamento metodológico

Para se obter respostas para a problemática do estudo, um esforço cognoscente se faz necessário. É preciso compreender a totalidade como combinação de processos que não se distinguem unilateralmente uma vez que não são uma simples soma de fatos e que, não sendo o todo imediatamente cognoscível ao ser humano se faz necessário realizar-se o movimento de *detour* proposto por Kosik (2002), processo mediado pelo pensamento por meio do qual se apreende o concreto. Embora o todo se apresente imediatamente em sua forma sensível na representação fenomênica, para que se possa conhecê-lo ou explicá-lo para além de sua aparência, se faz necessária a sua decomposição ou abstração.

Kosik (2002, p.16), ao explicar a dialética do concreto, afirma que “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência”. O movimento de tentar desvelar a essência constitui-se o caminho, o *detour* para a apreender o real. É o processo do abstrato ao concreto do método materialista do conhecimento da realidade, “a dialética da totalidade concreta, na qual se produz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões (Kosik, 2002, p.37)”.

De forma congruente ao pensamento desse autor, Mandel (2023, p.39) explica que “a concepção de toda realidade como uma totalidade em movimento, na qual nenhuma parte pode ser compreendida isoladamente, fora de suas interconexões, de suas relações com as outras partes”. É a partir desse fundamento que esse estudo pretende analisar como são relacionadas as categorias questão agrária, MST e educação na produção científica no intuito de apreender suas interconexões e suas determinações, compreendendo com efeito, todo o conjunto social.

A revisão sistemática da literatura é um instrumento que possibilita uma análise mais objetiva dos resultados e permite a constatação de elementos relevantes com alto nível de evidência e diversificação qualitativa. Para o desenvolvimento desse instrumento de pesquisa se faz necessária a elaboração de um protocolo no qual deve constar, primeiramente, o delineamento de como os estudos são identificados e a definição dos critérios de inclusão e exclusão relativos aos desfechos de interesses do pesquisador. Estabelecido o protocolo inicial, elaborou-se o roteiro orientador da pesquisa, constando os itens: (I) definição clara da pergunta; (II) busca de evidências; (III) revisão e seleção dos estudos; (IV) análise da qualidade metodológica dos estudos; e (V) síntese dos resultados.

No protocolo inicial da presente revisão sistemática, a pergunta norteadora está composta pelas seguintes questões: Como são relacionadas as categorias Questão Agrária; MST e Educação na produção científica? Quais as contradições e as perspectivas apontadas nessa produção sobre a luta por emancipação humana e social? Quais as lacunas evidenciadas na produção do conhecimento que relaciona essas categorias entre si?

A seguir, o Quadro 1 apresenta a sistematização do protocolo da presente pesquisa:

Quadro 1 - Sistematização do protocolo de pesquisa da revisão sistemática

Delineamento dos critérios para revisão		
Critérios de inclusão		Critérios de exclusão
Publicações realizadas entre os anos de 2010 a 2025		Pesquisas com título duplicado
Pesquisas que apontem análise do papel do MST na luta pela Reforma Agrária		Pesquisas que abordem apenas uma das categorias em estudo
Pesquisas que abordem a concepção de educação do MST		Pesquisas não referenciadas no materialismo histórico dialético
Pergunta Científica		
Como são relacionadas as categorias Questão Agrária; MST e Educação nessa produção científica?	Quais as contradições e as perspectivas apontadas nessa produção sobre a luta por emancipação humana e social?	Quais as lacunas evidenciadas na produção do conhecimento que relaciona essas categorias entre si?
Busca de evidências		
Descritores	Operadores	Base de dados
“A Questão Agrária no Brasil”; “MST”; “Educação”	AND	Biblioteca Digital de Tese e Dissertações – BDTD

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Para maior refinamento das pesquisas e maior alcance da temática, na realização das buscas foram utilizados os descritores “A Questão Agrária no Brasil”, “MST” e “Educação”, procedendo-se o cruzamento dos termos por meio da aplicação do operador booleano “AND”. As buscas foram

realizadas inicialmente sem aspas para garantir que nenhum estudo potencialmente relevante fosse perdido. Em seguida, foram utilizadas as aspas para filtrar os resultados de forma mais precisa.

A tomada de decisão pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações como única plataforma de realização de buscas ocorreu pela amplitude de público, pela atualização e relevância na comunidade científica e acadêmica. O recorte temporal – publicações a partir do ano de 2010 – tem como justificativa os avanços significativos nas lutas empreendidas pelos movimentos sociais em prol da Educação do Campo consolidados pelo Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, o qual dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (Brasil, 2010).

É importante mencionar que, além de reafirmar a identidade da escola do campo já pronunciada na Resolução CNE/CEB nº 1/2002, o decreto institui a modalidade de ensino Educação do Campo, apresenta a definição de escola do campo para além do critério geográfico que separa o urbano e rural, considerando o critério da população a quem se destina a educação, que é a população do campo. Ademais, evidencia o trabalho como instrumento de garantia da existência, reconhecendo a singularidade dos sujeitos da Educação do Campo (Brasil, 2002).

Resultados

A primeira seleção se deu pela leitura dos títulos das pesquisas encontradas e, em seguida, com a leitura dos resumos para a verificação da pertinência e da relevância das discussões para o estudo proposto. A partir dos critérios de inclusão e de exclusão apresentados no Quadro 1 exposto acima, houve o refinamento dos trabalhos e a conclusão da seleção das publicações para serem analisadas posteriormente. O Quadro 2 apresenta o número total de publicações identificadas na busca e o número de trabalhos selecionados para serem analisadas posteriormente.

Quadro 2 – Resultados relativos ao processo de busca inicial da Revisão Sistemática

Descritores	Total de publicações na base de dados BDTD	Trabalhos selecionados para análise
A Questão Agrária no Brasil AND MST AND Educação	111	03
“A Questão Agrária no Brasil” AND MST AND Educação	44	02
Total	155	05

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O Quadro 2 mostra que, do total de 155 publicações encontradas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) apenas cinco trabalhos cumpriram os critérios definidos, apresentando as discussões pertinentes às categorias pesquisadas. Após a seleção, foi elaborada uma síntese das informações básicas dos documentos selecionados a partir dos descritores utilizados, movimento que proporcionou o processo de uma leitura mais aprofundada de cada trabalho. O Quadro 3 apresenta os

dados organizados na síntese, contendo a base de dados, a descrição da publicação, o tipo de pesquisa, objetivo e a metodologia utilizada na pesquisa desenvolvida.

Quadro 3 – Sínteses de teses e dissertações pertinentes à Revisão Sistemática

Base de dados	Descrição da publicação	Tipo de pesquisa	Objetivo	Metodologia
BDTD	RODRIGUES, Fabiana de Cássia. MST: formação política e reforma agrária nos anos de 1980. 2013. Doutorado em Educação – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.	Tese	Identificar a compreensão sobre a reforma agrária difundida no Movimento nos anos de 1980.	Pesquisa qualitativa Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental Entrevista
BDTD	BASTIANI, Tânia Mara de. Rompendo as cercas da educação burguesa: a luta pela construção de uma escola no assentamento Madre Teresa, São Gabriel/RS. 2014. Mestrado em Educação – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.	Dissertação	Verificar as expectativas e lutas dos assentados em relação à construção de uma escola no Assentamento Madre Teresa, em São Gabriel/RS.	Pesquisa qualitativa Estudo de caso Pesquisa documental Entrevista
BDTD	HORST, Karyn. Do chão batido à sala de aula - a territorialização do MST na constituição da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas - São Gabriel - Rio Grande do Sul. 2016. Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.	Dissertação	Apreender como se deu o processo de reconfiguração da Escola Estadual Ataliba Rodrigues das Chagas, a partir da criação dos assentamentos, em São Gabriel, em 2008.	Pesquisa qualitativa Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental Entrevista
BDTD	MOREIRA, Gilvander Luís. A Luta pela Terra em Contexto de Injustiça Agrária: Pedagogia de Emancipação Humana? Experiências de luta da CPT e do MST. 2017. Doutorado em Educação – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.	Tese	Compreender o lugar e a refundação do campesinato nos processos de transformação social e para isso elucidar em que termos – até que ponto? -, com o MST e a CPT, a luta pela terra se constitui como pedagogia de emancipação humana	Pesquisa qualitativa Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental
BDTD	ALENCAR, Benedito Montenegro. Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST e Organização Social: o caso do Assentamento Maceió, Itapipoca (CE). 2018. Mestrado em Educação – Universidade Federal do Ceará, Ceará.	Dissertação	Estudar organização social do assentamento Maceió, relacionada com a Educação do Campo enquanto projeto de educação do MST.	Pesquisa qualitativa Estudo de caso Entrevista

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Na realização desta revisão sistemática, observou-se que, das cinco pesquisas analisadas criteriosamente, duas não explicitaram diretamente o referencial teórico e os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento de suas pesquisas. Contudo, constata-se pelas categorias de análise do estudo, bem como pelos autores constantes na seção das referências bibliográficas que se fundamentam em matrizes marxistas. Portanto, todos são signatários do materialismo histórico dialético como referencial teórico-metodológico.

Em relação aos procedimentos metodológicos predomina a pesquisa qualitativa instrumentalizada com a pesquisa bibliográfica e documental. Sobressai também a utilização de entrevistas. É válido destacar a diversidade de região assim como de estados de origem das publicações: na Região Nordeste, Ceará (01 trabalho), na Região Sudeste, Minas Gerais (01 trabalho) e São Paulo (01 trabalho), Região Sul, Rio Grande do Sul (02 trabalhos). Constatou-se uma lacuna em publicações por um considerável intervalo de tempo tendo em vista que o período das produções selecionadas vai do ano de 2013 a 2018.

Para concluir os resultados, é preciso mencionar que, na fase de leitura dos títulos, a tese de doutorado, publicada no ano de 2022, intitulada “Educação e território: o protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na luta pela Educação do Campo no assentamento Roseli Nunes em Santana do Livramento/RS”, da pesquisadora Mirieli da Silva Fontoura, foi considerada para análise, porém não foi possível a realização do *download* no repositório no qual a pesquisa está hospedada assim como também não foi localizada em outra plataforma.

Questão Agrária, MST e Educação: categorias que se relacionam intrinsecamente

A constatação inicial é de que toda a tecitura textual e estrutural do escopo das pesquisas analisadas permitem a compreensão das categorias de estudo considerando-se a sua totalidade e a complexidade de seu conjunto. Em sua essência, exprimem a inerência entre Questão Agrária ou Luta por Terra e luta por uma Educação que atenda aos anseios de quem nela vive, evidenciando o MST como agente articulador dessas lutas e sujeito capaz de transformar a escola em celeiro da consciência de classe que tem como guia o projeto de reforma agrária popular.

Nesse sentido, a análise aqui empreendida buscou identificar, em cada produção científica, os fios condutores e como estes se entrelaçam nos processos que compõem essa complexidade e, dessa forma, conseguir identificar as contradições e as perspectivas apontadas nessa produção sobre a luta por emancipação humana e social, conforme pretendido inicialmente. Para tanto, antes de tudo, cabe uma síntese de apresentação do trabalho de cada pesquisador para compreensão de suas ideias e proposições.

Na tese de doutorado intitulada “MST: formação política e reforma agrária nos anos de 1980”, Rodrigues (2013) faz uma robusta pesquisa discutindo a questão agrária ao demonstrar que, nos anos 1980, a luta por reforma agrária e a construção do MST fundiram-se através da contínua formação

política, termo este que constitui a categoria central da tese e remete à educação um sentido amplo, considerando-a não uma consequência do movimento, mas a sua condição de possibilidade. Tomando o conceito de sujeito também em um sentido amplo, para a autora, é o processo educativo que forja o sujeito – MST apto a desferir a luta pela transformação da realidade, solucionando nesse dessa forma, a questão agrária.

Embora não estejam explicitamente demarcadas em uma parte específica da tese, as categorias de análise: luta de classes, formação política, processo histórico, organização política e social, além de reforma agrária e MST, que são intrinsecamente vinculados, constituem o eixo articulador e vão sendo evidenciadas ao longo da discussão pronunciada. Tomando a educação como o núcleo do processo de construção do próprio movimento, Rodrigues (2013) situa a questão agrária como contexto histórico-estrutural que origina a necessidade da luta. Como problema que exige uma solução planejada e bem organizada, a reforma agrária é o horizonte dessa luta.

Para fundamentar a discussão acerca do papel da questão agrária e como ela se manifesta na particularidade do capitalismo brasileiro, a autora faz um precioso apanhando teórico traçando os principais construtos conceituais desenvolvidos, retomando desde as elaborações de Marx, passando pelas proposições de Lênin, chegando aos autores nacionais relevantes para a compreensão do debate: Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, José de Sousa Martins e Octavio Ianni.

Na proposição da categoria MST, a autora afirma que enxerga essa organização social como contradição essencial entre trabalho e capital. Na sua argumentação encontra-se a principal contribuição de sua tese. A defesa de que o MST é fruto do processo contraditório e dialético do desenvolvimento histórico e, consolidou-se como sujeito político através de um intenso, deliberado e contínuo processo de formação política o qual se viabiliza por meio da educação em sua dimensão mais ampla e orgânica (Rodrigues, 2013).

Nessa linha de reflexão, a autora argumenta que a formação política cumpre funções essenciais como estratégia de construção do poder popular. Uma delas é a função de unificação, uma vez que constrói a identidade sem-terra como sujeito social de direitos e como tal que se organizam para conquistá-los. A função de conscientização, a qual se efetiva quando se transforma a luta por um pedaço de terra para a sobrevivência em uma luta por reforma agrária, uma luta por um projeto político de transformação da realidade em todas as dimensões do que significa vida para o ser humano (*idem, ibidem*).

Outra função apontada pela pesquisadora é a organização baseada no pressuposto da organicidade, a qual é desenvolvida por uma prática que é orientada pela pedagogia singular do movimento, ou seja, por uma *práxis* educativa. Por fim, a formação política cumpre a função da resistência. Mais do que uma postura, ter resistência é defender os direitos e, ao mesmo tempo, denunciar as desigualdades sociais, dando um sentido político ao sofrimento e à luta (*idem, ibidem*).

Na dissertação de mestrado de Tânia Mara de Bastiani (2014), intitulada “Rompendo as cercas da educação burguesa: a luta pela construção de uma escola no assentamento Madre Teresa, São Gabriel/RS”, encontra-se uma profunda e completa discussão a respeito das categorias centrais dessa revisão sistemática. A partir da categoria central educação do campo e da categoria luta de classes como lente teórica para compreender as problemáticas em torno da escola, a autora desenvolve argumentos consistentes na defesa de que uma escola dentro do assentamento é uma ferramenta crucial na luta por emancipação.

A autora referencia-se na tradição crítica marxista para realizar uma revisão histórica da questão agrária no Brasil. Além de autores clássicos da literatura mundial, apoia-se principalmente em escritores brasileiros que se detiveram em analisar essa temática, com ênfase na obra de José de Souza Martins. Bastiani (2014) retoma, organizando em períodos, a concentração histórica de terra e aponta como solução para as problemáticas geradas dessa desigualdade social a ação reparadora do MST ao enfrentar, como sujeito coletivo, a árdua batalha de desapropriação de terras improdutivas de grandes e poderosos latifundiários, um processo que ocorre, na maioria das vezes sob muita violência e até com morte de trabalhador e organizar na força e na marra um assentamento onde inúmeras famílias terão não apenas uma casa e pedaço de chão para plantar, mas terão também uma escola que ensina para a liberdade, para a emancipação.

Após contextualizar a questão agrária evidenciando a necessidade da luta do MST como fruto dessa problemática, a autora explana sobre a visão de escola desse movimento social, anunciando que a escola que o MST organiza oferta uma educação orientada para a transformação social. Nesse intuito, apresenta em uma linha histórica, as políticas públicas de Educação do Campo, fruto das pautas de luta das jornadas empreendidas pelo Movimento, apresentando também os princípios de educação os quais constituem os pressupostos da Pedagogia do Movimento (Bastiani, 2014).

Congruente com os conceitos do materialismo histórico dialético da singularidade e da particularidade, a partir de um estudo de caso, relata, com a devida consistência teórico-metodológica, o desenrolar da luta por escola nos assentamentos de São Gabriel/RS, afirmando de forma incisiva a importância da educação como estratégia de luta por terra e como ferramenta crucial para a transformação social. A autora contrapõe educação burguesa, reprodutora da ordem social à Educação do Campo, formadora de lutadores, de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e da história de sua classe, uma educação que valoriza os saberes e a cultura do território camponês, que pensa o currículo vinculado à realidade produtiva e social do assentamento, ou seja, à sua organicidade (*idem, ibidem*).

Na dissertação de mestrado de Karyn Horst, intitulada “Do chão batido à sala de aula - a territorialização do MST na constituição da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, em São Gabriel/RS”, do ano de 2016, a autora faz um estudo sobre o processo de territorialização do MST apresentando elementos estruturantes da luta de classes no Brasil a questão

agrária e a educação com fins a formar para a consciência de classe. Esses elementos constituem as categorias de análise fundantes da pesquisa.

Compreendendo território como espaço onde se produz a existência humana em toda sua essência, seja economicamente, seja histórica e culturalmente, analisa a territorialização do MST como fenômeno que abarca a luta pelo direito à terra e à educação como propulsores da construção de um espaço democrático e solidário, terreno fecundo para o enfrentamento às barreiras impostas pelo Estado, portanto, para a conquista da emancipação (Horst, 2016).

Além de uma revisão histórica que traça um panorama completo da questão agrária no Brasil, a autora constrói, em seguida, uma profícua discussão através de pertinente comparação entre o direito à propriedade privada e o direito à educação nas constituições brasileiras. Constata-se que a propriedade da terra perpassa por todas as constituições como direito inviolável, o que reforça a estrutura fundiária como estruturante da pirâmide das desigualdades sociais do país (*idem, ibidem*).

Compreender o processo de territorialização do MST significa compreender a realidade concreta como uma totalidade, a qual é constituída de vários complexos que se inter-relacionam. No caso em estudo, esse processo se dá por meio da reconfiguração de uma escola, em que para atender às demandas de uma educação voltada aos filhos e filhas de assentados, com vistas a atender ao interesse da classe trabalhadora, deixa de ser conduzida pela esfera municipal, sob a lógica de uma educação mercadológica à serviço da classe dominante.

Nesse sentido, as temáticas questão agrária, MST e educação tornam-se evidentemente centrais no estudo em análise. Horst (2016), além de expor a educação como eixo articulador entre territorialização e emancipação, defende dimensões primordiais desta enquanto um direito garantido pela força da lei: além de se constituir mecanismo legal que confere legitimidade e perenidade ao território conquistado, uma escola que atenda as especificidades dos sujeitos assentados rompe com a hegemonia da educação burguesa; forma sujeitos políticos lutadores e defensores da luta por reforma agrária e por tudo que ela encerra; contribui para a construção de uma identidade que represente a essência do povo camponês, criando uma nova cultura baseada em valores que defendam, acima de tudo, a vida humana.

A tese de doutorado de Gilvander Luís Moreira, intitulada “A luta pela terra em contexto de injustiça agrária: Pedagogia de emancipação humana? Experiências de luta da CPT e do MST”, do ano de 2017, tem como pressuposto a força e a centralidade da luta pela terra como questão pedagógica e que, os movimentos sociais (MST e CPT), alimentam, na luta e no trabalho coletivo, a pedagogia de emancipação humana. As principais categorias de análise são: injustiça agrária, luta de classes, emancipação humana.

Moreira (2017) buscando identificar a centralidade da terra como matriz emancipatória entendida como cultura, identidades coletivas e valores, reconhece a pedagogia marxista como pedagogia de emancipação humana. Nessa acepção, apresenta a espiritualidade, um dos princípios

pedagógicos base da atuação da CPT, como mola propulsora da ética, da resistência e da solidariedade que sustenta a luta em momentos cruciais. E a mística, um dos pressupostos político-pedagógicos próprios do MST, como “a capacidade de produzir significados para dimensões da realidade que estão e não estão presentes, e que geralmente remetem as pessoas ao futuro, à utopia do que ainda não é, mas que pode vir a ser, com a perseverança e o sacrifício de cada um”, conforme explica Roseli Caldart (2012, *apud* Moreira, 2017, p. 503).

Como mais um trabalho acadêmico que reafirma a vinculação intrínseca entre questão agrária, o MST e demais movimentos sociais e a educação, nada melhor do que as próprias palavras do autor para explicar essa relação:

Para a CPT e o MST a luta pela terra é mais do que luta pela terra, pois inclui: a) a luta pela conquista da terra, a resistência na terra administrando-a de forma autônoma segundo os princípios do Movimento que passa por agroecologia, trabalho coletivo e sustentabilidade ecológica; b) a luta por educação para além do capital, educação do campo de forma emancipatória; e c) exige abraçar a luta pela transformação social, política e econômica da sociedade na perspectiva da construção de uma sociedade para além do capital: uma sociedade socialista, sem exploração de classe e sem exploração do trabalho da classe trabalhadora e nem expropriação das terras da classe camponesa (Moreira, 2017, p.504).

Embora o autor não trate da educação escolar, do conhecimento sistematizado, ao afirmar já na introdução que o tema-problema da pesquisa é a Luta pela terra enquanto pedagogia de emancipação humana, Moreira (2017) evidentemente reconhece a educação como instrumento de formação do ser humano. De forma diferente dos demais autores analisados nessa revisão, os quais veem a educação como instrumento para a luta por emancipação, para Moreira (*idem*) a educação que é pensada e realizada pelos movimentos sociais é o próprio processo emancipatório já em construção. Nesse sentido, ela fruto e, ao mesmo tempo, é ferramenta de consolidação da emancipação, uma vez que na própria pedagogia, no próprio ato de educar, o sujeito já está se emancipando.

Benedito Montenegro Alencar, desenvolve em sua dissertação de mestrado intitulada “Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e organização social: o caso do Assentamento Maceió, Itapipoca (CE)”, publicada no ano de 2018, reflexões relevantes acerca da aproximação entre organização social e o processo educativo a partir da experiência do MST com a Educação do Campo em uma escola de ensino médio em assentamento em área de reforma agrária.

A problemática de seu objeto de estudo partiu das seguintes questões: Que projeto de educação os Sem Terra defendem para seus assentamentos? Como se dá o processo de organização dos assentados? Que aspectos são determinantes na organização do assentamento? Sendo esses questionamentos resumidos na seguinte questão central: Qual a relação da organização social do assentamento Maceió com a Educação do MST, na perspectiva da Educação do Campo?

As categorias principais de análise que nortearam o percurso metodológico de organização do pensamento do autor são reforma agrária, organização social, MST e Educação do Campo. Nesse percurso, Alencar (2018) contextualiza a reforma agrária no Brasil como política pública necessária

para solucionar as problemáticas devido à má distribuição de terras, ou seja, como alternativa para a questão agrária. Nessa contextualização, o pesquisador apresenta sinteticamente a formação histórica do MST e os fundamentos da Educação do Campo, projeto educacional elaborado a partir dos princípios de organização social que alicerçam a base da luta do MST.

A relação entre questão agrária, MST e educação fica evidente nas seguintes palavras:

Com a chegada da escola fica claro que existe uma relação entre a organização social do assentamento e a Educação do MST, que gerou o problema desta pesquisa, envolvendo desde os assentamentos como uma forma de consolidação da reforma agrária, o papel do MST, enquanto Movimento que não apenas luta pela conquista da terra, mas que permanece como um agente da organização dos assentamentos. E em sua perspectiva organizativa das áreas de reforma agrária, defende de maneira enfática a necessidade de uma educação emancipadora, que tem na Educação do Campo, sua expressão maior (Alencar, 2018, p.32).

Contradições e perspectivas: quais as potencialidades e caminhos para a luta por emancipação?

Costa (2020, p.29) ao explicar os pressupostos da dialética materialista afirma que “a realidade, seja natural ou social, é essencialmente histórica: ser é movimento”. Esse movimento se evidencia na realidade, apresentando-se como uma totalidade de totalidades numa trama de conexões e contradições e estas dão sentido e completude ao fenômeno, o tornam aquilo que é. Dessa forma, “uma totalidade sem contradições é vazia e inerte e, estas, fora da totalidade são formais e arbitrárias”.

As contradições são imanentes à própria realidade, perpassam todo o movimento desta. São o motor das transformações da realidade. A contradição não é um problema em um objeto de pesquisa, ao contrário, é uma ferramenta cognoscitiva-teórica para a compreensão de suas legalidades próprias (Costa, 2020). Nessa perspectiva, observou-se que as contradições evidenciadas na pesquisa no que concerne à luta por emancipação humana e social surgem das próprias tensões pertinentes a esse processo.

A pesquisa de Rodrigues (2013) evidencia que uma das principais contradições advém da intrínseca relação entre o Estado e o MST, determinada pela correlação de forças entre ambos. O sentido de existência do MST está na crítica radical ao Estado burguês, esse aparato fundado para servir aos interesses da classe dominante e do latifúndio. Essa correlação de forças implica numa limitação à ação do MST na luta pela transformação social com vistas à superação da divisão de classes e, portanto, à emancipação social. Ao reivindicar por Reforma Agrária, uma política de Estado, o Movimento depende da ação deste para ser instituída e efetivada, dando à luta um movimento contra e, ao mesmo tempo, afirmativo pelo Estado.

Uma segunda contradição premente no estudo diz respeito à defesa de que essa emancipação exige, simultaneamente, o enfrentamento de todas as formas de opressão, sejam elas, de gênero, de etnia ou raça, de geração. Porém, ao se universalizar a identidade “Sem-Terra” para unificar os trabalhadores, as diferentes opressões ficaram relegadas favorecendo à sua invisibilidade. Embora, no

período estudado, o MST ainda estivesse em processo de formulação de suas pautas, as necessidades das minorias eram latentes.

Entre as perspectivas sobre a luta por emancipação humana e social Rodrigues (2013) apresenta a formação política como instrumento de construção de um sujeito político coletivo autônomo, possibilitando a esse sujeito compreender a realidade e estar capacitado para nela intervir. Em outras palavras, o processo educativo conformado pelo MST possibilita a consciência de classe e a auto-organização dos trabalhadores, ferramentas essenciais na concretização da emancipação.

Outrossim, compreendida em uma dimensão ampla e orgânica de educação, a formação política do MST tem intencionalidade de preparar os trabalhadores para além da luta por reforma agrária: para realizar um projeto de uma nova sociedade, uma sociedade que reconhece e entende o modo de ser camponês, o modo de existir no campo, que tenha como princípios a convivência em cooperação, a agroecologia e que cultive a cultura da não alienação.

No estudo de Bastiani (2014) é possível observar algumas contradições que perpassam a luta por emancipação humana e social. Uma delas trata-se da relação antagônica entre o projeto educacional emancipatório e a estrutura do Estado. O MST defende uma escola que seja vinculada à realidade, à cultura do território camponês e ao projeto político voltado ao campo. Contudo, a efetivação concreta dessa escola e do projeto de Educação do Campo acontece sob a lógica burocrática do aparato estatal que impõe um currículo padronizado, dissociado da realidade camponesa.

A pesquisa também sugere uma contradição referente à formação dos professores que atuam nas escolas dos assentamentos inseridos na pesquisa. O dissenso constatado entre os entrevistados demonstra a dialética existente na formação profissional de educadores-militantes e de educadores não militantes, apontando a necessidade de convergência entre os interesses do projeto educacional da educação do campo e os princípios políticos e ideológicos do ser educador.

Entre as perspectivas de emancipação encontradas no texto de Bastiani (2014) estão a escola para além do saber sistematizado, uma escola como território onde se vive libertação, emancipação, onde se experimentam novas formas de relações sociais, onde se formam sujeitos críticos que mantêm uma relação diferente com a natureza, com a terra e nela constroem um novo modo de vida, rompendo com a submissão e a exploração imposta aos trabalhadores do campo.

Além disso, a perspectiva de organização coletiva constitui-se a força motriz que move os trabalhadores na luta por emancipação, o que reforça a importância da força popular organizada como potência colossal de imposição de alternativas para a realização de mudanças concretas que, aos poucos, vão causando rachaduras nas estruturas sociais dominadas pela classe hegemônica.

No texto de Horst (2016) o caráter contraditório centra-se na perspectiva da defesa do aparato legal como mecanismo de garantia de uma cidadania e de um desenvolvimento social, perspectiva esta diluída na apresentação da revisão histórica da questão agrária e na análise do direito à propriedade e à educação nas constituintes que foram elaboradas ao longo da consolidação da nação brasileira. Esse

movimento dialético faz parte do desenvolvimento histórico que leve à superação da ordem vigente para a tão necessária emancipação humana e social.

As potencialidades sugeridas pela dissertação de Horst (*idem*) reafirmam o lema do MST de que na luta por reforma agrária é preciso ocupar o latifúndio do saber. Ocupar a escola significa ressignificar o território, significa a realização de práticas sociais alternativas como gestão democrática, valorização do currículo contextualizado, significa uma nova relação com o conhecimento, construindo assim mais que identidade, um enraizamento naquele território.

Em Moreira (2017), a defesa da espiritualidade religiosa baseada na Teoria da Libertação, a qual é fundamenta em alguns teólogos como Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff, traz uma contradição inerente que se estabelece na opressão da Igreja que santifica a pobreza, desestimula à ação política e prega a resignação, defendendo assim, a manutenção das estruturas de poder e o *status quo*.

Contudo, as perspectivas e caminhos para a luta por emancipação humana apontadas na tese trazem um potente vigor ao defender a Educação do Campo como estratégia política de superação das relações capitalistas, apresentando-a como síntese prática do processo da luta, tendo em vista que é, ao mesmo tempo. resultado e instrumento de consolidação da emancipação conquistada. O autor aponta também para o alcance internacional da organização do MST, apoiando-se em passagens da obra marxiana, evidenciando a importância da solidariedade da classe trabalhadora dos diversos países, entre si.

A dissertação de Alencar (2018) apresenta em um de seus tópicos uma discussão pertinente à tensa relação questão agrária, MST e educação que são situações-limites inerentes ao contexto das vivências em um assentamento de reforma agrária. São situações inerentes à individualização e ao desânimo impregnados pelo capitalismo feroz em todos os aspectos de vida dos trabalhadores e trabalhadoras fazendo com que, alienados pelo consumo desenfreado, descreditem na educação e na luta popular por mudanças na sociedade.

Essa individualização e esse desânimo levam ao comodismo o que alimenta forças antagônicas dentro do próprio assentamento e impõe dificuldades e limitações à efetivação do projeto educacional implementado pela Educação do Campo, bem como à luta incessante articulada pelo MST por reforma agrária e pela superação da sociedade capitalista que se mantém com base na exploração e na alienação da classe trabalhadora.

Apesar de essa contradição ser identificada como um forte elemento antagônico, a pesquisa demonstra que a organização social da classe trabalhadora, especificamente, a que se materializa no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desencadeia um processo colossalmente potencializador da luta por emancipação humana e social. Entre os vários aspectos que formam o conjunto de potencialidades dessa organização, destaca-se o seu caráter educativo que se encontra desde sua gênese e perpassa todos os eixos estruturantes de sua mobilização e ação militante.

Lacunas que apontam as possibilidades de pesquisas futuras

A pesquisa científica, por mais rigorosa e robusta que seja, realiza um esforço teórico-metodológico que permite uma aproximação ao real, ou seja, ao objeto pesquisado, considerando que este é ser em movimento. Portanto, as lacunas exaradas nos trabalhos analisados nada mais são do que o indicativo de possibilidades de conexões ainda a serem descobertas e de legalidades a serem desveladas.

Rodrigues (2013) apresenta diferentes correntes de pensamento e visões de socialismo, entre as quais, de partidos políticos, da igreja progressista. Como ocorria a disputa pela hegemonia dentro do processo formativo? Partindo da pergunta, evidencia-se a plausibilidade de uma análise que aprofundasse essas disputas, as divergências, assim como contradições superadas pelo movimento durante os anos de 1980. Os resultados encontrados, sem dúvidas, serão esclarecedores da elaboração dos pressupostos pedagógicos bem como dos princípios político-ideológicos que dão fundamentação ao atual processo de formação política conduzido pelo MST.

Bastiani (2014) faz uma robusta revisão histórica do processo de concentração de terras no Brasil, apresentando uma determinada periodização e os aspectos principais que definem tais períodos, o que reafirma a importância do conhecimento histórico para a compreensão da realidade. A lacuna observada nessa pesquisa, longe de representar falha ou imperfeição, demonstra a necessidade de se conhecer por meio do método científico as possibilidades de Reforma Agrária, no intuito de se refutar as que não condizem com os anseios da classe trabalhadora e, com efeito, com o projeto de sociedade que essa classe deseja realizar.

Horst (2016) faz uma análise a respeito da territorialização do MST que é crucial para a compreensão da negação histórica à população do campo ao direito à terra e à educação, demonstrando a força emancipatória desse movimento. Para ampliar a potencialidade dessa análise, cabe uma investigação que demonstre com o mesmo rigor científico a contribuição dos princípios pedagógicos defendidos pelo MST materializados por meio da prática educativa desenvolvida pelas escolas em assentamentos.

Moreira (2017) se propõe analisar a questão da luta pela terra e seu caráter pedagógico e emancipatório, explicitando os limites, os entraves e as potencialidades da luta empreendida em duas experiências específicas. Ao considerar a luta como o próprio processo pedagógico emancipador, o pesquisador não aprofunda a análise desse processo no interior da escola e da prática educativa que se realiza no ambiente escolar. Esse fato abre precedente para a delimitação de objetos de pesquisas posteriores que investigue os desafios da materialização da Educação do Campo, considerando que esta tem vínculo intrínseco com a luta pela terra.

A discussão realizada por Alencar (2018) acerca do MST como organização social da classe trabalhadora na luta por direitos e por mudanças sociais profundas que eliminem a divisão de classes e a exploração de uma classe sobre a outra em nome do lucro toca em questões necessárias a respeito da

atuação dessa organização, questões essas que precisam de um olhar que reflita sob o método científico. Nesse sentido, a lacuna identificada no presente trabalho indica a necessidade de que o MST seja o objeto de futuras pesquisas que tenham como finalidade contribuir com o papel deste instrumento potente da luta por emancipação humana e social que a humanidade precisa para viver dignamente.

Considerações finais

A presente revisão sistemática, a partir de um delineamento teórico-metodológico referenciado no marxismo, teve como finalidade analisar trabalhos científicos do tipo teses e dissertações localizados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações/BDTD que contemplassem como categorias centrais do objeto de pesquisa a Questão Agrária, o MST e a Educação, no intuito de evidenciar elementos relevantes no debate acadêmico sobre a luta por emancipação humana e social.

O percurso metodológico realizado permitiu a realização de uma análise criteriosa e a obtenção de elementos consistentes que constituem a essência da intrínseca relação entre as categorias analisadas. O estudo mostra importantes evidências que confirmam a histórica opressão de classe que, em seu movimento dialético, faz surgir as lutas e organizações sociais que buscam combater essa opressão, tentando encontrar os mecanismos mais eficazes.

Dessa forma, essa análise buscou identificar os elementos dialéticos, ou seja, as contradições expressas nas pesquisas assim como as perspectivas que apontam caminhos para a luta da classe trabalhadora. É importante destacar que as contradições encontradas são de ordens diversas e sua superação exige esforço coletivo, por isso, a importância de reconhecê-la e compreendê-la enquanto aspecto inerente ao processo revolucionário.

As lacunas observadas demonstram que apreender a essência de um fenômeno não significa esgotar as possibilidades de conhecimento desse fenômeno, tendo em vista que o real está em contínuo movimento. Portanto, elas contribuem para a ampliação da pesquisa científica e seus desdobramentos concernente ao conhecimento da realidade concreta.

De forma sintética, as contradições, perspectivas e lacunas que foram evidenciadas no decurso dessa análise demonstraram que enquanto a questão agrária no Brasil não for resolvida, as desigualdades sociais do nosso país permanecerão assolando e impedindo o desenvolvimento de uma sociedade justa em que os indivíduos produzam sua existência em todas as suas potencialidades, com dignidade.

Referências:

ALENCAR, B. M. **Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST e Organização Social: o caso do Assentamento Maceió, Itapipoca (CE).** 2018. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

- BASTIANI, T. M. de. **Rompendo as cercas da educação burguesa: a luta pela construção de uma escola no assentamento Madre Teresa, São Gabriel/RS.** 2014. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 4 abr. 2002.
- BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 5 nov. 2010.
- CALDART, R. S. **A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo.** In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 3., 1999. Caxambu, Anais... Caxambu: GT, 1999.
- COSTA, F. J. F. Pressupostos de dialética materialista no Âmbito de uma pesquisa com referencial na Pedagogia Histórico-Crítica. In: COSTA, F. J. F.; PEREIRA, K. R. C.; PAULA, A. S. N. **Escolas de Ensino Médio do Campo no Ceará: dialética da formação de professores.** Curitiba: CRV, 2020.
- HORST, K. **Do chão batido à sala de aula: a territorialização do MST na constituição da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, São Gabriel/RS.** 2016. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2016.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MANDEL, E. **Marxismo: uma introdução.** São Paulo: Usina Editorial, 2023.
- MOREIRA, G. L. **A Luta pela Terra em Contexto de Injustiça Agrária: Pedagogia de Emancipação Humana? Experiências de luta da CPT e do MST.** 2017. Tese de Doutorado em Educação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2017.
- RODRIGUES, F. de C. **MST: formação política e reforma agrária nos anos de 1980.** 2013. Tese de Doutorado em Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013.
- SAMPAIO, P. de A. A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000.** São Paulo: Expressão popular: 2013.

Notas

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Uece (2019). Atualmente é coordenadora escolar na EEEP Maria Môsa da Silva/Ocara-Ce. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4900246629571173>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6564-1015>. E-mail: marcilanogueira2012@gmail.com.

² Doutoranda em Educação/UECE. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana/GPOSSHE/UECE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8951203275043005>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4431-7830>. E-mail: juscy.silva@hotmail.com.

³ Doutor em Educação e Pós-doutor em Filosofia. Professor da Faculdade de Educação de Itapipoca da Universidade Estadual do Ceará - FACEDI/UECE. Membro do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UECE. Coordenador do Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana (GPOSSHE/UECE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7944751664196175>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8357-4557>. E-mail: frederico.costa@uece.br.

Recebido em: 16 de set. 2025
Aprovado em: 11 de dez. 2025